

linha viva

Número 406 . 16/04/97 . Intersindical dos Eletricitários de SC

TODOS MOBILIZADOS NESTA QUINTA-FEIRA PROGRAMAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS

8horas- Concentração em frente a Eletrosul

9 horas- Caminhada até a Celesc com concentração na empresa

12horas- Doação de sangue na praça Tancredo Neves - intervalo para almoço

14horas- Manifestação em frente Tribunal de Justiça

15horas- Ato Público no Palácio do Governo seguido de caminhada pelas ruas

17horas- Celebração Ecumênica na escadaria da Catedral.

A HORA

EDITORIAL

"É o confronto entre o velho e o novo" foi o que disse Fernando Henrique Cardoso, presidente da república do Brasil, ao referir-se ao massacre dos dezenove trabalhadores sem terra em Eldorado dos Carajás (PA), em abril do ano passado.

De fato, FHC tinha razão. O velho: de um lado uma estrutura fundiária perversa, de exclusão do homem do campo, tolhendo sua oportunidade de produzir naquilo que foi o seu primeiro e natural campo de trabalho, a terra; de outro lado um Estado que tem nos latifundiários uma das principais bases de sustentação do poder. O novo: o MST, um movimento popular, altamente organizado, com uma visão política incrivelmente clara de sua importância, não só na luta pela reforma agrária, mais numa luta

muito mais ampla - contra o neoliberalismo, fazendo coro com os trabalhadores do mundo inteiro (vide página 4).

José de Souza Martins, um dos maiores sociólogos brasileiros da atualidade, estudioso da questão agrária no Brasil, com diversas obras publicadas sobre o assunto, estava presente quando brotou a idéia de se construir um movimento nacional dos sem terra. "Foi embaixo de uma mangueira enorme" diz, onde agentes pastorais da CPT (Comissão Pastoral da Terra), se reuniam no final da década de 70. A respeito do MST, José de Souza Martins fala: "O

MST é o portador do moderno porque ele questiona a estrutura de propriedade e, por meio dela, questiona a estrutura de poder. Por isso é que é problemática a reforma agrária no Brasil. Ela não é só uma questão econômica. É uma questão política. Todo poder está montado em cima desse gênero de propriedade."

FHC tem tentado de todas as formas colocar a opinião pública contra os sem terra, fazendo rolar de sua boca "pérolas" como esta do novo e do velho, e outras do tipo "são um punhado de gente que, coitados, não sabem o que falam". Embora FHC e a grande imprensa tentem mostrar os sem terra como um punhado de coitados ou de radicais, não adianta. Os sem terra, além de conquistarem seu direito de ter terra para plantar, já conquistaram a simpatia de grande parcela da população brasileira e de diversos países europeus. Já não são mais um bando de "coitados que não sabem o que falam". São Povo Brasileiro lutando por justiça social, por um país melhor onde se viver.

É isto que incomoda FHC, é isto que incomoda os homens do poder. Na verdade, o que eles sentem é medo. Medo de perder o poder. É isso que está acontecendo com Paulo Tatim, presidente da Celesc, diante da Campanha de Moralização lançada pela Intersindical. Tatim só não nos chamou de coitados porque temos emprego, mas tenta nos fazer parecer bandidos por estarmos empregados e recebermos salário. Tatim cuspiu impropérios, na coluna de Moacir Pereira de ontem porque está sendo questionado, porque está vendo tornarem-se públicas muitas de suas ações danosas à Celesc e à população catarinense. Mas ele sabe que os sindicatos que compõem a Intercel não tratam apenas de questões corporativas mas são importantes meios de fiscalização da sociedade catarinense sobre as ações da diretoria da Celesc. Tatim sabe tudo o que fez e na falta de argumentos, faz como FHC com os sem terra.

Em carta veiculada ontem, a diretoria da empresa lança mais um desesperado apelo: "Será que estão pensando em você e sua família?". Esta diretoria pensou em nossas famílias quando descontou 10 dias dos nossos salários por simples vingança? Na carta mencionou ainda que o País todo se manifesta pelo fim da estabilidade do emprego". Que país? O povo ou o governo? E a que sociedade se refere a carta? Mas o que mais chama atenção nesse "primor" de mensagem, é o espírito criminosamente preconceituoso e segregacionista com que pergunta "...você duvida do real motivo para se misturar sem terra com eletricitário?"

O fato é que a Campanha pela Moralização da Celesc está nas ruas e no ar, as nossas ações contra a privatização tem cada vez mais adeptos. E amanhã, dia 17 de abril, vamos receber a solidariedade dos sem terra tão criticados pela diretoria. Nós poderíamos responder enquanto direção dos sindicatos ao apelo desesperado da direção da Celesc, mas preferimos deixar que esta resposta venha de cada um dos eletricitários catarinenses no dia 17. O ato em conjunto com os sem terra em frente à Eletrosul é um marco na luta contra a privatização desta importante e estratégica empresa. Sem a Eletrosul a energia que supre os estados do sul vai ficar mais cara e haverá queda da qualidade do serviço, como já ocorre em outras empresas privatizadas. Nessa oportunidade os eletricitários da Eletrosul poderão marcar posição diante da ameaça de privatização da empresa e quanto ao papel de garoto-propaganda da privatização da empresa, que vem desempenhando seu presidente Cláudio Ávila da Silva.

Vamos retribuir o gesto dos sem terra com a única coisa que eles esperam de nós: solidariedade na luta pela Reforma Agrária. Celesc e Eletrosul públicas, bom pra todo mundo. Reforma agrária já.

A hora é agora.



Sem Terra comemoram a entrada em um assentamento

É AGORA



NOTAS

DIRETORES CONDENADOS

Fraudar balanços e encobrir corrupção foram os crimes dos diretores da Fiat SpA, Cesare Romiti e Francesco Paolo Mattioli, condenados a 18 e 14 meses de prisão respectivamente. Isso na Itália, claro! Lá desde 1992 diversos políticos e empresários vêm sendo investigados na Operação Mãos Limpas. Se comprovadas as fraudes e subornos, não importa quem seja, é processado ou vai para a cadeia. É o caso do ex-primeiro ministro, Silvio Berlusconi e de vários outros ex-executivos da Ferruzzi, a segunda maior indústria italiana.

ANISTIADOS

Quatro trabalhadores da Eletrosul, demitidos na era Collor/Gazaniga e anistiados pelo decreto do Governador Itamar Franco, tiveram decisão judicial favorável à reintegração no dia 11 de abril passado. Ontem, terça-feira, aconteceu audiência na Procuradoria do Trabalho do Ministério Público relativa à representação impetrada pelo Sinergia que questiona o concurso público por não considerar a Medida Provisória que anistiou os demitidos.

DEMISSÃO NO BB

Enquanto o presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes estava no Japão, comemorando 25 anos da agência do BB em Tóquio, aqui 540 funcionários do banco lamentavam a perda de seu emprego. A diretoria do BB não prestou qualquer esclarecimento à imprensa sobre esta demissão em massa, a primeira nos seus 188 anos. Apenas em nota oficial informou que os demitidos recusaram transferências de dependências e municípios. Os funcionários estão perplexos porque a possibilidade de demissões foi discutida na última reunião do conselho e negada pela direção de recursos humanos. Há dois anos os funcionários do banco não recebem reajustes de salários.

INOVAÇÃO POLÍTICA

Se os parlamentares são representantes do povo, é para o povo que devem prestar contas de suas atividades. É isso que o deputado federal Válio dos Santos (PT) fará no próximo dia 19, sábado, das 10h às 12h na esquina democrática da rua Felipe Schmidt em Florianópolis. O ato terá painéis, bancas de materiais além de atividades culturais.

PULANDO A CERCA

Invasões frequentes nas unidades operacionais da Eletrosul estão pondo em risco o abastecimento de energia e a vida dos invasores. Em vez de se preocupar em automatizar e retirar a vigilância dessas unidades, a diretoria da Eletrosul deveria dar mais atenção a ocorrências como a de domingo passado. Na madrugada daquele dia, na subestação de Palhoça, os operadores encontraram uma pessoa embriagada apoiada num transformador de alta tensão.

expediente

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC. Jornalista Responsável: Marli Cristina Scamozzi (DRT/RS4966). Redação: Alessandra Mattheyas. Ilustrações: Frank Maia. Diretoria de Imprensa: Olga Leocádia Vieira. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fax: (048-224-9104).

Diretor da Eletrobrás questiona privatização

A privatização do setor elétrico está encontrando oposição até nos responsáveis pela sua execução. Semana passada o diretor de Operações da Eletrobrás, Mario Fernando de Mello Santos, externou sua preocupação com a venda acelerada das empresas elétricas. Segundo ele isto pode desvalorizar os ativos destas empresas, com o saturamento do mercado por causa do grande volume de ofertas. Mario Fernando acredita que o governo deve fazer um "estudo de fila" bem calculado para definir o momento ideal da venda.

Para que não haja uma sub-avaliação dos ativos seria necessário o reajuste entre 8% e 9% para as geradoras. O diretor de Gestão Corporativa e Financeira da Eletrobrás, Paulo Roberto Ribeiro Pinto acredita que esta medida deve ser tomada imediatamente e que além deste é preciso outro reajuste antes que saia o resultado dos consórcios vencedores da licitação.

Este processo de licitação, aliás, está com os dias contados. A introdução de um inciso de três linhas na Medida Provisória 1.531-4, que determina os processos licitatórios para empresas distribuidoras de eletricidade, dispensa estas licitações e abre caminho para os grandes produtores de energia privados, já que a maioria das empresas distribuidoras de energia são estatais. Este dispositivo foi incluído na quarta reedição desta MP que modifica as leis de Licitações e

Concessões, sem nenhuma discussão. "Isto mostra que a intenção do governo de discutir com a sociedade com 'total transparência e democracia' o processo de privatização que irá afetar a vida de todos brasileiros, atende apenas interesses dos grandes grupos econômicos", ressalta Dinovaldo Gilioli, diretor do Sinergia.

Mas o presidente Fernando Henrique não está dando muita bola para isto. A sua ordem é tocar o mais rapidamente o processo. Dos nove consórcios que apresentaram proposta para a avaliação, modelagem e venda das geradoras Furnas e Eletrosul, quatro foram eliminados pela Comissão de Licitação especial do BNDES. Cada consórcio apresentou um problema, de acordo com o presidente da Comissão, Sebastião Bergamini. Dois não apresentaram atestados relativos a experiência de avaliação técnico operacional de serviços de termoeletricas, só de hidroeletricas. Outro apresentou apenas experiências de privatizações internacionais. No caso do último excluído, o escritório de advocacia subcontratado no consórcio não entregou documentos que comprovem experiência em processos de privatização.

Cinco consórcios ainda disputam o serviço A (avaliação econômico-financeira) e três estão no páreo pelo serviço B, que é a venda. Até o final de maio o BNDES deve anunciar os consórcios escolhidos.

29 de abril é o dia. R\$ 10,3 bilhões é o valor mínimo. Faltam 12 dias para o leilão da Companhia Vale do Rio Doce, uma das estatais mais lucrativas do país. Também é cada vez mais evidente o que o Brasil vai perder com esta venda. A começar pelos interessados na compra: Grupo Votorantim, Opportunity Asset Management em parceria com a CSN (já privatizada), RTZ da Inglaterra, BHP da Austrália, Anglo-American, da África do Sul, um bloco de 12 empresas japonesas entre outras.

Mas apesar de toda esta pressão internacional, os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ganharam na justiça o direito de recomprar 47% das ações da mineradora Urucum, parte integrante da Vale. Isto quer dizer que parte da mineradora continuará sendo estatal, administrada por estes dois estados. A Companhia Vale do Rio Doce comprou a mineradora em 1994 por R\$ 17 milhões e este será o valor que os dois estados vão pagar para readquirir suas ações.

A preocupação do governo para que nada impeça o leilão do dia 29 foi manifestado também pelo Senado Federal. O con-



selho de Assos Econômicos do Senado solicitou a prioridade ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, um parecer técnico sobre o edital de venda das empresas e não se fala em mercados em questão atual. Como o tempo é curto, o prelo do Cade, Gesner Oliveira, afirma só será possível fazer uma nota técnica sobre o assunto. Apesar desta prioridade técnica não vai servir para muita coisa, visto que o edital já foi lançado. O alvo é que daqui por diante o Cade priorize privatizações nos seus trabalhos. O advogado Pedro Dutra, especialista em direito econômico e com vários processos andamento no conselho é contra esta ideia. Sente-se prejudicado e afirma a lei não prevê esta prioridade.

No leilão de 29 deve ser oferecido um bloco de ações ordinárias entre 40% e 45% do total volume vai definir o grupo controlado da Vale, 5,1% do capital total. Os funcionários e o restante sendo cerca de seis meses depois do primeiro leilão.

Resistência continua

Até o último minuto as entidades representantes dos trabalhadores do Brasil estarão questionando e lutando contra a venda da Vale. "Nenhum dos defensores da privatização da CVRD se lembra de citar o Chile, modelo de sociedade neoliberal. Lá ninguém mexeu na maior mineradora de cobre do mundo e não se fala em privatizá-la", exemplifica Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT em artigo enviado à imprensa. Outras entidades também vêm sendo criticadas por discutir a questão das privatizações. Recentemente o Ministro das Comunicações, Sérgio Motta acusou o ex-presidente da CNBB, dom Luciano

Mendes de Almeida porque ele seria contra a privatização da Vale. Mesmo assim os bispos decidiram que este assunto deveria e está sendo debatido na 35ª Assembleia da CNBB, que termina nesta sexta em Indaiatuba-SP. Outro bispo, Dom Demétrio Valentini, de Jales - SP, responsável pela pastoral social da entidade, defendeu que a privatização da Vale seja adiada até que se chegue a um consenso sobre o destino da empresa, "que colabora para o desenvolvimento do país. Dom Demétrio chamou o ministro Sérgio Motta de "bobo da corte", após a declaração sem fundamento sobre a posição de Dom Luciano.

Vem aí o 1º Congresso dos Empregados da Celesc

Já está tudo pronto para o congresso, que será semana que vem, dias 25 e 26, na Escola sul da Cut, em Florianópolis. O encontro é uma promoção do representante dos empregados no conselho de Administração, Luiz Cézare Vieira, e tem o apoio da Intercel, da Celesc, APCEsc, APC e da Celos. Vai discutir o projeto de empresa pública para a instituição.

Dia 25 serão apresentados 3 painéis. O Estado e Empresa Pública é o tema do primeiro e vai contar com a participação do professor de Direito da Universidade Federal Fluminense, João Luiz Pinaud, do Procurador da República em SC, Roberto Luis Thomé e do deputado

João Henrique Blasi, como representante da Assembleia Legislativa. O

segundo painel discutirá a Reestruturação do Setor Elétrico e contará com Luiz Pinguelli Rosa, físico e professor da COPPE-RJ, além de Rogério da Silva, representante dos empregados no Conselho de Administração da CESP. O último painel vai apresentar o Modelo de Gestão e Visão Estratégica da Celesc, este com a presença do presidente Paulo Tatim. No sábado, dia 26 terá apresentação da tese-guia do congresso seguida de debates em grupos de trabalho. O encerramento está previsto para as 18 horas.

Invlesc em 2º turno

O aumento de capital da Invlesc foi negado também em segundo turno de votação na Assembleia Legislativa no dia 14 de abril. Por 21 a 2, as bancadas de oposição mantiveram a decisão do primeiro turno, que ocorreu dia 04 deste mês. Desta vez a bancada do PFL se retirou do Plenário.

Agora o projeto de lei

será submetido à apreciação do governo, que terá 15 dias para vetá-lo ou não. Em caso de veto do governador, o que é provável, o projeto voltará para a Assembleia Legislativa para que seja confirmado numa terceira votação. Desta forma será evitado que "escorra pelo ralo do desespero mais dinheiro das estatais catarinenses" afirma Sari Alves Koech, diretor do Saesc.

Como ficam os fundos de pensão?

Mais uma vez se constata que, com o processo de privatização, é difícil saber o que acontecerá na administração de benefícios concedidos pelos planos de pensão. No caso da Usiminas, Cosipa e Vasp, empresas já privatizadas, os planos foram mantidos, apesar da redução do número de participantes. Porém não é o que se espera do fundo da Vale do Rio Doce e de outras empresas na mira da privatização. É claro que as modificações dependerão do provável controlador mas, no caso do plano de previdência da Vale, já estão sendo estudadas novas formas de contribuição e pagamento.

Hoje a pensão que o aposentado ou beneficiário recebe destas instituições é de

benefício definido, o que dá ao trabalhador uma certa segurança quanto ao futuro. Nos planos de contribuição definida empresa e empregado recolhem um determinado valor e, quando da aposentadoria, calcula-se o valor que o funcionário pode obter a partir do que foi recolhido e do rendimento dos investimentos.

Nos planos mistos o benefício definido é instituído para pagamento em casos de risco, como pensão por invalidez ou morte. Isso quer dizer que é possível ter dois planos? A exemplo do que a Celos aprovou no final do ano passado, dois planos de previdência confundem ainda mais o trabalhador.

Na Elos, a Eletrosul já determinou o estudo de um novo plano de benefícios.



EUROPEUS SAEM ÀS RUAS

"É como se estivéssemos recuperando o espírito dos anos 60; nos posicionando contra uma nova realidade, mais dura que a daquela época", comentou semana passada o cineasta francês Hervé le Roux, em passagem pelo Brasil, sobre o número crescente de manifestações, greves, passeatas que vem acontecendo na Europa nos últimos tempos. Os europeus estão voltando às ruas para mostrar seu descontentamento com a direção que está tomando a sociedade, protestando contra o desemprego, o racismo, a corrupção, a globalização, a injustiça econômica e a miséria na Terra.

As mais recentes demonstrações falam disto. E mostram que não é só na Europa que as coisas estão esquentando. Dia 31 de janeiro os argentinos realizam um "apagón" telefônico contra o aumento das tarifas telefônicas. Em Paris, no final de fevereiro, mais de 100 mil protestaram contra a Lei Debré (que obriga os franceses a delatarem imigrantes). Em Washington cristãos fazem uma "via sacra" na Sexta-Feira Santa para "livrar o Terceiro Mundo dos programas de ajuste estrutural ditados pelos EUA". Também em março, dia 16, mais de 70 mil trabalhadores franceses, bel-

gas e alemães páram por causa da decisão da Renault de fechar uma unidade na Bélgica. Dia 27 de março, cerca de um milhão de russos protestaram contra a política do governo de liberalização da economia e o atraso no pagamento de salários. Em abril portuários de Liverpool páram. Na França entre outras categorias páram os aeroportuários, camioneiros, agricultores, contra a desregulamentação proposta para seus setores. Dia 9 de abril, eletricitários de Córdoba, são feridos por protestarem contra o projeto de Menem para "regulamentar" o mercado de energia naquela província, que significa a privatização do setor. Semana passada, em Brasília UNE, OAB, ABI e outras entidades se articulam para ir às ruas contra a privatização da Vale do Rio Doce.

Esta semana, precisamente dia 14 de abril, começa uma marcha que vai atravessar mais de mil cidades da Europa contra o desemprego, a exclusão social e a precariedade da vida moderna. O final da marcha acontecerá em Amsterdam, no dia 14 de junho, um dia antes da reunião do Conselho Europeu de Chefes de Estado e de Governo da União Européia.



Francês, no final de fevereiro protesta nas ruas de Paris



Em Leningrado contra salários atrasados



Metalúrgicos alemães pararam



Na Inglaterra contra a união européia



Protestos na docas de Liverpool



Franceses pela autogestão